



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MARIA REGINA FERNANDES DO NASCIMENTO

**COMPLEXIDADE DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E O SEU REFLEXO NO
ANALFABETISMO E ANALFABETISMO FUNCIONAL NO CONTEXTO DE SALA
DE AULA NUMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL EM SÃO VICENTE DO
SERIDÓ - PB**

**CAMPINA GRANDE - PB
NOVEMBRO DE 2022**

MARIA REGINA FERNANDES DO NASCIMENTO

**COMPLEXIDADE DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E O SEU REFLEXO NO
ANALFABETISMO E ANALFABETISMO FUNCIONAL NO CONTEXTO DE SALA
DE AULA NUMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL EM SÃO VICENTE DO
SERIDÓ - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Coordenação do curso de
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Maria do Socorro Moura Montenegro

**CAMPINA GRANDE - PB
NOVEMBRO DE 2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N244c Nascimento, Maria Regina Fernandes do.

Complexidade do processo de alfabetização e o seu reflexo no analfabetismo e analfabetismo funcional no contexto de sala de aula numa escola de ensino fundamental em São Vicente do Seridó - PB [manuscrito] / Maria Regina Fernandes do Nascimento. - 2022.

31 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Maria do Socorro Moura Montenegro, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Alfabetização. 2. Letramento. 3. Analfabetismo. 4. Analfabetismo funcional. I. Título

21. ed. CDD 372.6

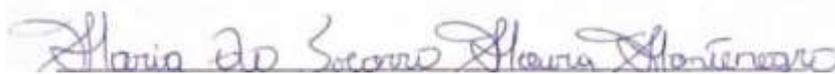
MARIA REGINA FERNANDES DO NASCIMENTO

**COMPLEXIDADE DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E O SEU REFLEXO NO
ANALFABETISMO E ANALFABETISMO FUNCIONAL NO CONTEXTO DE SALA
DE AULA NUMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL EM SÃO VICENTE DO
SERIDÓ - PB**

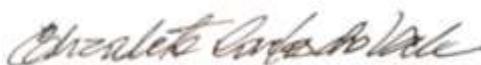
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Coordenação do curso de
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de licenciatura em pedagogia.

Aprovada em: 12 / 12 / 2022.

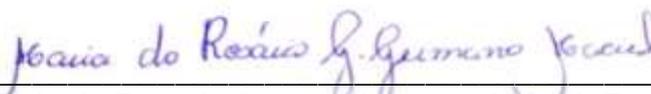
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Maria do Socorro Moura Montenegro (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Elisabete Carlos do Vale (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Maria do Rosário Gomes Germano Maciel (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus pela sua infinita misericórdia sobre a minha vida, ao meu esposo Ademir, pela parceria, apoio, incentivo e carinho, ao meu filho pela compreensão e por ser a minha motivação diária, aos meus pais e sogros por todo cuidado e amor com os meus, durante esses cinco anos de estudo DEDICO.

“Escolhemos a mais impossível de todas as profissões. É certo. Mas ao mesmo tempo a mais necessária” (NÓVOA, 2004, p. 11)

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Pergunta 1.....	17
Quadro 2 – Pergunta 2.....	19
Quadro 3 – Pergunta 3.....	20
Quadro 4 – Pergunta 4.....	21
Quadro 5 – Pergunta 5.....	22
Quadro 6 – Pergunta 6.....	24
Quadro 7 – Pergunta 7.....	25
Quadro 8 – Pergunta 8.....	26
Quadro 9 – Pergunta 9.....	28
Tabela 1 – Percentual de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever no Brasil de 2012 a 2021, Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.....	11
Tabela 2 – Número e porcentagens de crianças que não conhecem as letras e os números.....	18
Tabela 3 – Número e porcentagem de crianças que conhecem as letras e os números, mas não dominam a leitura ou a escrita e não conseguem juntar sílabas simples.....	19
Tabela 4 – Número e porcentagem de alunos que sabem ler e escrever, mas apresentam dificuldade em interpretar textos, responder perguntas escritas sozinhas e fazer operações simples.....	20
Tabela 5 – Número e porcentagem de crianças que não sabem escrever o próprio nome e não o identificam escrito.....	21

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.
TPE	Todos pela educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1	Pensando numa educação em crise.....	10
2.2	O que se diz sobre o âmbito curricular na América Latina nos últimos anos.....	12
2.3	Alfabetização e suas múltiplas facetas: o que se diz?.....	13
2.4.	A importância do letramento e sua indissociabilidade da alfabetização.....	14
2.5	A descoberta da Psicogênese da Língua Escrita.....	15
3	METODOLOGIA	16
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
	REFERÊNCIAS	30
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	31

COMPLEXIDADE DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E O SEU REFLEXO NO ANalfabetismo E ANalfabetismo FUNCIONAL NO CONTEXTO DE SALA DE AULA NUMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL EM SÃO VICENTE DO SERIDÓ - PB

COMPLEXITY OF THE LITERACY PROCESS AND ITS REFLECTION ON ILLITERACY AND FUNCTIONAL ILLITERACY IN THE CLASSROOM CONTEXT OF AN ELEMENTARY SCHOOL IN SÃO VICENTE DO SERIDÓ - PB

Maria Regina Fernandes do NASCIMENTO¹
Maria do Socorro Moura MONTENEGRO²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a complexidade do processo de alfabetização e investigar os condicionantes fatores que estão embrincados no analfabetismo e analfabetismo funcional na sala do 4º ano do Ensino Fundamental, numa escola do município de São Vicente do Seridó – PB. Para tal, nos fundamentamos em autores como: Torres (1994), Soares (2003), Ferreiro e Teberosky (1999). Este trata-se de uma pesquisa mista, pois utilizou-se tanto métodos qualitativos nos quais os dados nela obtidos expressam as ideias, opiniões e concepções pessoais dos sujeitos envolvidos, caracterizando assim a subjetividade, como quantitativos que mostram números reais sobre o tema abordado.

Palavras chave: Alfabetização. Letramento. Analfabetismo. Analfabetismo funcional.

ABSTRACT

This work aims to analyze the complexity of the literacy process and investigate the conditioning factors that are involved in illiteracy and functional illiteracy in the classroom of the 4th year of Elementary School, in a school in the municipality of São Vicente do Seridó - PB. For this, we base ourselves on authors such as: Torres (1994), Soares (2003), Ferreiro and Teberosky (1999). This is a mixed research, as both qualitative methods were used in which the data obtained express the ideas, opinions and personal conceptions of the subjects involved, thus characterizing subjectivity, and quantitative methods that show real numbers on the topic addressed.

Keywords: Literacy. literacy. Illiteracy. Functional illiteracy.

¹ Graduanda do curso de pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba.

² Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba.

1 INTRODUÇÃO

O tratar deste tema deu-se pelo fato de que os problemas relacionados a alfabetização e ao analfabetismo são discutidos durante várias décadas, porém a trajetória da educação brasileira é marcada pelas insistentes e crescentes taxas relacionadas à questão do analfabetismo e analfabetismo funcional. Ao longo dos anos, foram lançadas no país inúmeras campanhas e programas na tentativa de erradicá-los, porém por muito tempo estes não foram vistos como um problema social e cultural. Sendo assim, apesar das conquistas alcançadas com tais iniciativas, o fracasso foi notório, visto que o índice de analfabetismo perdura com grandes taxas até os dias atuais.

Sabendo disto, é importante perceber que, quando se fala em analfabetismo, é comum fazer imediatamente uma ligação voltada para jovens, adultos e principalmente idosos. No entanto, este trabalho vem mostrar a perspectiva do analfabetismo em uma realidade que, talvez, seria improvável que ele estivesse presente: DENTRO DA ESCOLA e particularmente nos anos iniciais do ensino fundamental, ou seja totalmente ligada às crianças.

Para aprofundar-se neste tema, faz-se necessário também conhecer em uma escala nacional a dimensão do problema, e para isso a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019 mostra que no Brasil existem 11 milhões de pessoas analfabetas, na idade de 15 anos ou mais, o que leva a uma taxa estimada de 6,6% da população, sendo válido ressaltar que a maior incidência é no Nordeste.

Partindo para a realidade das crianças e principalmente as com idade de frequentar o ensino fundamental anos iniciais, as quais não estão inclusas nos dados acima citados, de acordo com os dados mostrados na nota técnica publicada pela organização Todos Pela Educação (TPE), em fevereiro de 2021, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), de 2012 a 2021, constata que 2,4 milhões de crianças não sabiam ler nem escrever, resultando em uma taxa absurda de 40,8%.

Com isso, é visto que apesar de muito se discutir na história da alfabetização, as causas e os fatores que levavam ao alto índice de analfabetismo, tais como: Pobreza, desigualdade de oportunidades, questões raciais, de gênero e tantas outras. Todavia, é evidente que mesmo as crianças que estão inseridas na escola, chegam a concluir a etapa do ensino fundamental anos iniciais ainda não alfabetizadas, ou na condição de analfabetos funcionais, deste modo, estas não entram nos índices de analfabetismo por possuírem grau de escolaridade, e desta maneira as que avançam para a segunda fase do ensino fundamental levam consigo marcas do analfabetismo e, conseqüentemente, desistem por não acompanharem o ritmo dos estudos e conteúdos exigidos nesta etapa.

Deste modo, nos deparamos com a realidade escolar de inúmeras crianças nas salas de aula em série finais do ensino fundamental: anos iniciais, que está distante do que se orienta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que diz: “Embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize.” (BRASIL, 2018, p. 89). Por estes motivos, justifica-se a temática deste trabalho, fazendo-se necessário analisar e refletir sobre tal problemática.

Um grande fator a ser observado e que deve ser levado em consideração para a problemática deste trabalho é que nem sempre a noção de alfabetização vem ligada

ao letramento, destarte inúmeras crianças podem ser consideradas analfabetos funcionais, que são aqueles que apesar de saber ler e escrever não possuem habilidades para o uso funcional destas nas práticas do dia a dia.

Diante disto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a complexidade do processo de alfabetização e investigar o número de crianças analfabetas e analfabetas funcionais nas salas de aula do 4º ano do ensino fundamental - anos iniciais -, no município de São Vicente do Seridó – PB. Tendo como objetivos específicos: Identificar o número de crianças não alfabetizadas e analfabetas funcionais nesta fase da educação, e as possíveis causas disso, para tal, realizamos uma discussão sobre a crise na educação, a partir do que está posto em alguns documentos no âmbito curricular na América Latina nos últimos anos, fruto de pesquisas realizadas pela pedagoga Rosa María Torres sobre a questão em pauta. Em seguida discorreremos sobre a alfabetização, considerando suas múltiplas facetas bem como sua indissociabilidade com o processo de letramento e por fim apresentamos as descobertas da psicogênese da língua escrita.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Pensando numa educação em crise

Desde 1998, quando a Constituição Federal foi promulgada, a educação passa a ser assegurada por lei como: "[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1998, p. 123). Deste modo, no que diz respeito ao estado, fica claro que este tem o dever de garantir uma “educação de qualidade” para que se alcance os objetivos citados no artigo 205. Com isso pode-se observar ao longo da trajetória da educação que esta garantia resultou em uma massificação apressurada, segundo dados de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) no que se refere ao ensino fundamental (etapa de pesquisa deste trabalho):

Em 2014, o percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentavam ou que já tinham concluído o EF atingiu 97,7% (Gráfico 1). Dessa maneira, mesmo quando se considera a taxa líquida, o acesso da população de 6 a 14 anos a essa etapa estava praticamente universalizado. (BRASIL, 2016, p.53).

Tendo em vista os dados supracitados, não se pode assegurar que este aumento em “quantidade” de acesso à educação, implicou também em “qualidade”. Desta forma, para discorrer sobre as persistentes taxas de analfabetismo e analfabetismo funcional dentro da escola, levando em consideração que isto possa ser um reflexo do cenário acima mencionado, faz-se necessário observar o modelo educacional e a situação na qual se encontra. Sendo assim, considerando esta problemática pode-se dizer que a educação está em crise. Segundo Torres (1994), em sua pesquisa baseada nas experiências em diferentes países da América Latina, a situação da educação é de crise em *um modelo pedagógico obsoleto*.

Levando em conta que, a colocação de Torres (1994) é baseada ainda na década de 90, neste período o modelo pedagógico estava fortemente pautado no tradicionalismo, modelo este *obsoleto* ou em outras palavras antigo que não se usa mais, conseqüentemente este não era suficiente para demanda. Muito se refletiu e

discutiu sobre a necessidade de mudar e melhorar a qualidade da educação, mudou-se currículo, inovaram-se os métodos, acrescentou-se e renovaram-se os conteúdos, porém prosseguiu-se repetindo o mesmo erro, ao reproduzir as novas propostas através do antigo modelo pedagógico. Sobre isso, a pedagoga especialista em educação básica Torres (1994) ainda afirma: “O que se coloca não é somente a necessidade de revisar os conteúdos curriculares, mas também de modificar radicalmente um modelo pedagógico que é o eixo de reprodução do modelo educativo vigente.” (TORRES, 1994, p. 20).

Além disso, todas essas “mudanças” no processo educacional por diversas vezes foram genéricas, rasas, e não refletiram profundamente na necessidade dos alunos. Torres (1994) afirma: “Em suma, a reforma curricular e, em particular, a reforma nos conteúdos são aspectos muito fracos e de grande inércia...”. (TORRES, 1994, p. 25). Não é o bastante apenas direcionar os conteúdos e focar no alcance dos objetivos, mas levar em consideração o que cada aluno em particular está em condições de aprender, é preciso se questionar como se dá a aprendizagem, como se ensinar.

Portanto é compreensível que, nos dias de hoje, a educação brasileira ainda esteja em crise, e é possível afirmar isto, observando no lugar que comprova esta realidade: A sala de aula.

[...] o terreno onde se podem medir e definir avanços, inovações, conquistas é terreno da sala de aula, o terreno concreto do ensino e da aprendizagem. E, neste terreno, tudo indica que a precariedade e a inoperância de nossos sistemas educativos são muito maiores e mais sérias do que em geral se admite. (TORRES, 1994, p. 30).

As salas de aula estão repletas de crianças que avançam para as etapas seguintes de cada série, baseada em avaliações que não caracterizam a individualidade de cada aluno e o seu próprio desenvolvimento, mas de forma generalizada são medidas as suas capacidades e habilidades de memorização e reprodução. Objetificando essa realidade de uma educação em crise, os dados do IBGE, coletados de 2012-2021, mostram que os índices de crianças analfabetas se mantêm ativos. E escancara um preocupante número de cerca de 2,4 milhões de crianças não alfabetizadas. Observe a tabela abaixo:

Tabela 1 - Percentual de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever no Brasil de 2012 a 2021

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Porcentagem (%)	28,2%	29,2%	30,0%	30,1%	24,4%	25,6%	26,4%	25,1%	32,9%	40,8%

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Os dados acima mencionados, comprovam e reafirmam que de fato a educação no Brasil continua em crise e é provável que ainda vivenciamos o *modelo pedagógico obsoleto* que Torres (1994) menciona, e que as mudanças até aqui não foram suficientes para superar o alto índice de analfabetismo no país.

2.2 O que se diz sobre o âmbito curricular na América Latina nos últimos anos

A região da América Latina, a qual engloba diversos países, inclusive o Brasil, foi objeto de estudo da pesquisadora e pedagoga Rosa María Torres, com o intuito de analisar o âmbito curricular. Acerca deste, Torres (1994), define:

[...] uma definição ampla de *currículo* incluiria conteúdos e objetivos, assim como métodos e critérios de avaliação, não se limitando à instrução, abrangendo as relações e aprendizagens sociais (currículo não-escrito). Neste contexto, os *conteúdos curriculares* seriam o conjunto de discursos (verbais e não-verbais) que entram em jogo no processo de ensino-aprendizagem, incluindo: as informações e os conhecimentos prévios que tanto os alunos quanto os professores possuem e aqueles que são construídos ao longo do processo educativo pela interação entre uns e outros; os conteúdos dos planos e programas de estudo, assim como os dos materiais curriculares e dos trabalhos de aula; os procedimentos utilizados para ensinar e aprender; a organização do espaço ocupado; o clima gerado; e o conhecimento construído resultante da interação entre todos esses elementos. (TORRES, 1994, p. 15).

De uma forma sintética pode-se admitir que sobre o âmbito curricular nos últimos anos, os currículos foram atualizados, novos conteúdos foram implementados, a exemplo da educação ambiental, populacional, temas transversais sociais, relacionados à saúde, aos direitos humanos, elementos inovadores nos projetos curriculares e na tecnologia, aumento na quantidade de pesquisas e experiências pilotos, ênfase em programas de educação bilíngue-intercultural nos países com altas porcentagem de população indígena e etc. Tudo isso implica de certa forma em um avanço significativo e quantitativo.

Entretanto, é válido ressaltar um ponto já citado anteriormente, “quantidade não implica em qualidade” isso nos leva a refletir que apesar dos adicionais nos currículos, segundo Torres (1994), muitas fragilidades ficam no caminho dessas inovações, tais como uma *generalidade*, que não é capaz de perceber as *profundas disparidades que existem entre os países*, projetos intitulados de “*piloto*”, “*experimentais*” que não atendem os requisitos necessários e na maioria das vezes com constantes mudanças de governo são deixados para trás na metade do caminho, não há respeito as particularidades e singularidade, os seus contextos econômicos, políticos, sociais e culturais dos pais.

Ainda sobre essas propostas instaladas nos últimos anos, que visam ser a saída para os problemas no âmbito curricular, a pesquisadora refere-se a essas “*soluções*” como um caráter “*superficial e esporádico*”, em intervalo de anos e anos se acrescenta ou subtrai algo do currículo dos livros didáticos, porém, não se aprofunda nas reais necessidades básicas da aprendizagem, apenas trazem mudanças rasas, que não atendem à demanda educacional que constantemente se renova e precisa ser observada com mais sensibilidade, caso contrário a educação continuará caminhando em um ciclo onde não rompe-se nem soluciona-se os

problemas voltados as altas taxas de analfabetismo e este presente inclusive nas salas de aula.

2.3 Alfabetização e suas múltiplas facetas: o que se diz?

O processo de alfabetização é discutido na história da educação há muitas décadas, e junto com ele diversos questionamentos são levantados: Qual a melhor forma de alfabetizar, qual o melhor método, como se dá o processo de alfabetização, quais os condicionantes, qual a idade certa, e outros. Diante disso, é preciso entender que a alfabetização carrega consigo muitas facetas e pode-se começar a entendê-las citando o *conceito de alfabetização*, sobre este Magda Soares (2003) define:

Sem dúvida, a alfabetização é um processo de representação de fonemas em grafemas, e vice-versa, mas é *também* um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito. Não se consideraria “alfabetizada” uma pessoa que fosse capaz de decodificar símbolos visuais em símbolos sonoros, “lendo”, por exemplo, sílabas ou palavras isoladas, como também não se consideraria “alfabetizada” uma pessoa incapaz de, por exemplo, usar adequadamente o sistema ortográfico de sua língua, ao expressar-se por escrito. (SOARES, 2003, p. 18).

No entanto, este nem sempre foi o conceito de alfabetização, por muito tempo durante a história a concepção de alfabetização era um tanto reduzida, por volta de 1945 a 1955 a Unesco se referia a alfabetização como: “como a capacidade de ler, escrever e fazer cálculos aritméticos.” (UNESCO, 2003, p. 8). Até no censo de 2000, saber ler e escrever um bilhete era o critério para ser considerado alfabetizado. Sendo assim este processo não era visto em sua dimensão multifacetada.

Ainda sobre o conceito de alfabetização, é importante saber que nas décadas passadas existia a prática de utilizar apenas um método para este processo, a exemplo utilizava-se o método global, fônico ou alfabético entre outros como estratégia única para se alfabetizar. Entretanto nos dias atuais, esta prática é vista como pertencente a uma educação tradicional, que não deve ser tida como modelo de referência, em razão de se entender conforme Soares (2003), que o processo de alfabetização é multifacetado, e envolve diversas facetas como: Psicológica, linguística, sociolinguística e psicolinguística, portanto, utilizar-se apenas de um método além de descartar os pontos positivos de outros, acaba deixando de lado todo esse contexto complexo por trás do processo de alfabetizar. Deste modo, a mesma, em toda sua história de estudos, leituras e pesquisas sobre a alfabetização, tem uma visão crítica estabelecida de que não é a favor de se utilizar um único método para a alfabetização, justamente pelos motivos citados acima.

Entendido isso, é preciso ficar claro que, a *natureza do processo de alfabetização* é multifacetada, e que não se deve analisar os problemas relacionados à alfabetização já citados neste tópico à vista apenas de uma dessas facetas, não se deve somente relacionar o “fracasso” conforme Soares (2003), às condições ou “disfunções” psicológicas e neurológicas, nem só ao favorecimento ou desfavorecimento sociolinguístico da realidade de cada criança, e ainda apenas as desregularidade ou complexidades da linguística, mas faz-se urgente perceber a complexidade da alfabetização e a necessária articulação desses multifatores. Sobre a alfabetização e o que foi dito, Soares (2003) ainda diz: “Trata-se de um fenômeno de múltiplas facetas que fazem dele objeto de estudo de várias ciências. Entretanto, só a articulação e integração dos estudos desenvolvidos no âmbito de cada uma

dessas ciências pode conduzir a uma teoria coerente de alfabetização.” (SOARES, 2003, p. 24)

Após tudo o que já foi citado sobre a alfabetização, ainda é indispensável falar que além da articulação entre todas as facetas deste processo, não se pode esquecer dos seus condicionantes, é de extrema importância ser ciente de que a posição social, cultural e política que a criança está inserida, influencia muito no processo de alfabetização, dado ao fato que na escola, aqueles que vivem em um ambiente de classe econômica ascendida, no qual a linguagem culta o acesso aos livros ou literatura estão presente, serão privilegiadas se comparadas às crianças de classes populares, na adaptação e sobrevivência do ambiente escolar, que de certa favorece esta linguagem formal enquanto discrimina a linguagem oral que cada aluno carrega consigo.

2.4 A importância do letramento e sua indissociabilidade da alfabetização

Em 1980 o mundo começa a discutir sobre um conceito distinto de alfabetização: chamado no Brasil de “Letramento”, este surge segundo Soares (2003) pela “necessidade de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e de escrita mais avançadas e complexas que as práticas do ler e escrever resultantes da aprendizagem do sistema de escrita.” (SOARES, 2003, p. 31). Sendo assim, este conceito amplia além do processo de alfabetização. Soares (2020) define Letramento como:

[...] Capacidades de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita, o que implica habilidades várias, tais como: capacidade ler ou escrever para atingir diferentes objetivos - para informar ou informar-se, para interagir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se para dar apoio à memória etc.; habilidades de interpretar e produzir diferentes gêneros textuais; habilidades de orientar-se pelas convenções de leitura que marcam o texto ou de lançar mão dessas convenções, ao escrever, atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e prazer em ler e escrever, sabendo utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada segundo as circunstâncias, os objetivos. o interlocutor. (SOARES, 2020, p. 27).

Visto isso, é notório que o conceito de letramento vai muito além do saber ler e escrever, ou se apropriar do sistema de escrita ou alfabético. Porém, um conceito não é mais importante do que o outro, os dois, por sua vez, devem acontecer de forma mútua e interligados, pois é pouco produtor que a pessoa considerada alfabetizada não consiga fazer os usos sociais da leitura e da escrita.

Contudo, no Brasil, a alfabetização caminhou e evoluiu para algo muito parecido com o conceito de letramento, uma vez que, por muito tempo, em décadas passadas, para se enquadrar como uma pessoa alfabetizada pelo censo, era necessário, apenas, saber escrever o próprio nome, com o passar dos anos esse conceito foi se estreitando e exigindo mais do que isso, e portanto para ser considerado alfabetizado no referido país, passa a ser necessário então saber fazer um mínimo de uso funcional da leitura e da escrita, o que muito aproxima-se do conceito que denomina-se letramento.

Apesar dos dois conceitos terem a sua especificidade, como já dito por diversas vezes estes estão relacionados e se conectam. Por isso, Soares (2003) diz: “[...] no Brasil os conceitos de alfabetização e letramento se mesclam, se superpõem,

frequentemente se confundem.” (SOARES, 2003, p. 33). Como resultado disto, foi criado um termo que se chama hoje de analfabetismo funcional, este remete justamente aqueles que, apesar de saber ler e escrever, não conseguem fazer uso funcional e social da leitura nas práticas cotidianas. Sendo assim, o sujeito se apropriou do código alfabético, porém ainda assim por não possuir habilidades de usá-lo nas práticas sociais do cotidiano, este é considerado “analfabeto funcional”.

Deste modo, podemos perceber que os conceitos de alfabetização e letramento, estão constantemente interligados, e o letramento de certa forma tem sua significativa importância para o processo de alfabetização. Sobre isso Soares (2003) menciona:

Não são processos independentes, mas interdependentes e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se *no contexto de e por meio de* práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver *no contexto da e por meio da* aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (SOARES, 2003, p. 45).

Ora, se a alfabetização não é um processo independente, mas interdependentes e indissociáveis, a escola precisa atentar para esse fato e deixar de trabalhar a alfabetização, prendendo-se, apenas, a técnica do ler e do escrever, precisa ir além da codificação e decodificação do código escrito.

2.5 A descoberta da Psicogênese da Língua Escrita

Desde o século XIX até os anos 90 do século XX, as cartilhas eram utilizadas como material didático para o processo de alfabetização, a criança então precisava possuir um conjunto de habilidades perceptuais conhecidas como “prontidão para alfabetização” se essas não atendessem a esses pré-requisitos, conseqüentemente, não estariam prontas para o processo. E nesta perspectiva, por muito tempo o fator que determinava o sucesso ou fracasso na alfabetização eram os fatores psicológicos ou neurológicos, o que deixava de fora uma série de outros fatores. Apenas nos anos 90, as cartilhas foram substituídas por outros materiais. Um dos motivos pelos quais ocorreu essa substituição foi a descoberta da psicogênese da língua escrita.

Segundo o Dicionário online de português, psicogênese significa: “Estudo da origem e desenvolvimento dos processos mentais ou psicológicos, da mente ou da personalidade.” (PSICOGÊNESE, 2008). Em resumo, a Psicogênese da língua escrita é uma investigação documentada de Emilia Ferreiro (Psicóloga) e Ana Teberosky (Psicopedagoga) que descreve o processo de aquisição da língua escrita. Esta teoria causou uma reviravolta histórica no mundo da alfabetização. Mostrando que a criança possui noções e hipóteses sobre a língua antes mesmo de estarem alfabetizadas “[...] muito antes de saber ler um texto, as crianças são capazes de tratar o mesmo em função de certas características formais e específicas.” (FERREIRO & TEBEROSKY, 1999, p. 66), esta foi uma descoberta que marcou o processo de compreensão da leitura e da escrita.

As autoras desta teoria foram além de tudo que já se pensava nesta época, quando se associava o fracasso da alfabetização apenas as “disfunções psiconeurológicas” ou aos métodos, elas entraram no campo de descoberta de “como se aprende”, dando ênfase ao sujeito que está ali diante do objeto de estudo. A criança foi vista como ser pensante, definida da seguinte forma:

Não é um sujeito o qual espera que alguém que possui um conhecimento o transmita a ele por um ato de benevolência. É um sujeito que aprende basicamente através de suas próprias ações sobre os objetos do mundo e que constrói suas próprias categorias de pensamento ao mesmo tempo que organiza seu mundo. (FERREIRO & TEBEROSKY, 1999, p. 29).

Esta é parte construtora também do conhecimento, e já possui uma leitura de mundo, hipóteses e ideias acerca da língua, “sabemos que uma criança que chega, à escola tem um notável conhecimento de sua língua materna, um saber linguístico que utiliza “sem saber” (inconscientemente) nos seus atos de comunicação cotidianos.” (FERREIRO & TEBEROSKY, 1999, p. 27), estas ideias vão se reconstruindo e ressignificando durante o processo de alfabetização.

Deste modo as autoras desta pesquisa justificam e ampliam a busca por um aprofundamento neste campo, sob uma *nova visão*:

[...] estudar o processo de construção dos conhecimentos no domínio da língua escrita, a partir de: a) identificar os processos cognitivos subjacentes à aquisição da escrita; b) compreender a natureza das hipóteses infantis; c) descobrir o tipo de conhecimento específico que a criança possui ao iniciar a aprendizagem escolar. (FERREIRO & TEBEROSKY, 1999, p. 35).

E percorrendo este caminho, foi possível observar através da psicogênese o processo que antecede a leitura, como as crianças se tornam leitoras antes mesmo de serem. Sendo assim a teoria de Ferreiro e Teberosky (1999) traz um marco histórico para a alfabetização que perdura até os dias de hoje, esta admite que a criança passa por etapas ou fases até se tornar leitora ou ser considerada alfabetizada, em sentido restrito, de modo que a isso denominamos de níveis de escrita, tais como: pré-silábica; silábica; silábico-alfabética e alfabética. Na primeira etapa pré-silábica, mesmo que a criança perceba que a escrita é uma representação da fala oral, ainda não é capaz de fazer associação das letras aos sons da língua oral. Na segunda, a criança já corresponde à letra aquilo que é falado, porém representa esta da sua maneira, e assim geralmente ela atribui que uma sílaba representa uma letra. Na terceira, ela já é capaz de identificar uma sílaba corretamente possuindo mais de uma letra, mas por vezes em determinadas sílabas ainda faz uso de uma letra com a função da etapa anterior, a última fase é caracterizada pelo domínio que a criança já possui de letras e sílabas, reproduzindo de forma correta todos os fonemas de uma palavra.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho, trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa de campo, e apresenta caráter descritivo-analítico, por atender aos objetivos propostos por esse estudo, sendo assim é uma pesquisa mista, pois utilizou-se tanto métodos qualitativos nos quais os dados nela obtidos expressam as ideias, opiniões e concepções pessoais dos sujeitos envolvidos, caracterizando assim a subjetividade, como quantitativos que mostram números reais sobre o tema abordado.

Foi usado como instrumentos para a coleta dos dados a observação e um questionário estruturado. Em relação a observação, segundo Ludke (1986) ela pode ser útil nas pesquisas qualitativas, devido sua particularidade de aproximar o pesquisador do seu objeto de estudo. Quanto ao questionário estruturado, Gil defende que ele é uma: “técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre

conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.” (GIL, 2008, p. 121).

A pesquisa de campo foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Damião Zelo de Gouveia³, localizada no município de São Vicente do Seridó. Os sujeitos que participaram do estudo foram 4 professores e suas respectivas turmas de 4º ano do ensino fundamental: anos iniciais, o número de alunos das quatro turmas correspondia a 84 crianças. A escolha dos respondentes se dá pelo fato de que estes têm o conhecimento e dados necessários para o tema e o objeto de estudo alvo da pesquisa. As perguntas foram formuladas de forma objetiva e clara, contendo 4 questões fechadas e 5 abertas.

A observação aconteceu no período de 30 de maio de 2022 a 21 de junho de 2022, o questionário foi auto aplicado em papel impresso, entregue no dia 7 de julho de 2022 e recolhido em 20 de julho de 2022.

Na próxima sessão deste trabalho, serão expostas as tabelas com os dados coletados e a análise desses dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Buscando dados que pudessem comprovar a complexidade do processo de alfabetização e o reflexo do analfabetismo e analfabetismo funcional, os dados abaixo fazem menção a realidade da “sala de aula” o terreno onde melhor se pode evidenciar tal temática e ao mesmo tempo o lugar onde provavelmente não devia se encontrar índices de analfabetismo e analfabetismo funcional nesta fase do ensino. Segue os quadros de 1 a 9 e as respectivas análises dos mesmos:

Quadro 1 – Pergunta 1.

PERGUNTA 1. Em sua turma tem crianças que não conhecem as letras e os números? Se sim, especifique a quantidade.

Sim () Não () _____

Professora Ana: Sim (x) Não () 5

Professor José: Sim (x) Não () 2

Professora Maria: Sim (x) Não () 1

Professora Samira: Sim (x) Não () 3

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Visto que a faixa etária das crianças que frequentam esta série é por volta de 9 à 11 anos de idade, é assustador descobrir que em salas de aula regulares, das 4 turmas pesquisadas, todas tenham crianças que sequer conhecem letras e números. De maneira mais detalhada, observe o número e a porcentagem de crianças inseridas

³ Houve autorização para publicizar o nome real da escola (GRIFOS MEUS).

nessa realidade, em cada sala de aula:

Tabela 2: Número e porcentagens de crianças que não conhecem as letras e os números

Salas de aulas	Nº de crianças em cada sala	Nº de crianças que não conhecem letras e números	Porcentagem de crianças que não conhecem letras e números
Sala da Professora Ana	20	5	25%
Sala do professor José	20	2	10%
Sala da professora Maria	21	1	4,76%
Sala da professora Samira	23	3	13,04%

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

No geral, 11 crianças não conhecem as letras e os números nas turmas de 4º ano, e representam 13,0% da soma total dos alunos. Sabendo que dentro do conceito de “analfabeto” se considera aquele além de não saber ler e escrever, segundo o Dicionário Oline de Português (2022), entre as definições da palavra “analfabeto”, há a “quem não possui instrução formal ou desconhece o alfabeto” (ANALFABETO, 2022). Logo pode-se dizer que essas crianças estão incluídas no contexto de analfabetismo infantil, porém em uma realidade que não é esperada DENTRO DA ESCOLA, o que evidencia que a realidade das salas de aula estão longe do que é esperado e apontado em um dos mais importantes documentos norteadores da educação: a BNCC, esta faz menção em seu texto que o esperado é que a criança se alfabetize nos anos iniciais 1º e 2º ano. Deste modo as crianças acima mencionadas já estão na metade do 4º ano e ainda não adquiriram esta habilidade. Ainda sobre a BNCC esta diz:

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela **consolidação das aprendizagens anteriores** e pela **ampliação das práticas** de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. (BRASIL, 2018, p. 59).

Visto isso, podemos perceber que a progressão ou em outras palavras, o percurso de um ano para o outro se dá pela *consolidação das aprendizagens anteriores*, surge a dúvida: estas crianças que atualmente estão no 4º ano do ensino fundamental: anos iniciais, passaram “despercebidas”? Quando o próprio documento menciona que dentre as capacidades/habilidades envolvidas neste processo (alfabetização) estão: “[...] conhecer o alfabeto; compreender a natureza alfabética do nosso sistema de escrita; dominar as relações entre grafemas e fonemas; Saber decodificar palavras e textos escritos; Saber ler, reconhecendo globalmente as palavras;” (BRASIL, 2018, p. 93), como se explica a progressão e o alcance de habilidades dessas crianças?

Quadro 2 – Pergunta 2.

PERGUNTA 2. Em sua turma tem crianças que conhecem as letras e os números, mas não dominam a leitura ou a escrita e não conseguem juntar sílabas simples? Se sim, especifique a quantidade.

Sim () Não () _____

Professora Ana: Sim (x) Não () 3

Professor José: Sim (x) Não () 2

Professora Maria: Sim (x) Não () 6

Professora Samira: Sim (x) Não () 5

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Nesta pergunta fica claro que, apesar de reconhecer as letras e os números, uma quantidade significativa de crianças, ainda não domina a leitura e escrita e não conseguem juntar ou formar sílabas simples, abaixo especifica-se a quantidade:

Tabela 3: Número e porcentagem de crianças que conhecem as letras e os números, mas não dominam a leitura ou a escrita e não conseguem juntar sílabas simples

Salas de aulas	Nº de crianças em cada sala	Nº de crianças que não conhecem letras e números	Porcentagem de crianças que não conhecem letras e números
Sala da Professora Ana	20	3	15%
Sala do professor José	20	2	10%
Sala da professora Maria	21	6	28,6%
Sala da professora Samira	23	5	21,7%

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

No geral, 16 crianças não conseguem juntar ou formar sílabas simples. Isto corresponde a 19,1% dos alunos. Pode-se concluir através do questionário e observação das crianças nas salas de aula que apesar de conhecerem o alfabeto ainda não tem domínio das relações entre grafemas e fonemas, essas possivelmente encontram-se ainda no nível denominado por FERREIRO E TEBEROSKY (1999) como “*pré-silábico*”, no qual apesar de conhecer as letras ainda não tem a capacidade de fazer associação das letras ao som da língua oral. Este nível geralmente corresponde a crianças entre os 5 e 6 anos de idade, que estão no início do processo de alfabetização, o que demonstra um atraso gigantesco se levarmos em

consideração que as crianças mencionadas nesta pesquisa têm de 9 a 11 anos de idade, e já deveriam estar alfabetizados.

Quadro 3 – Pergunta 3.

PERGUNTA 3. Em sua turma existem alunos que sabem ler e escrever, mas apresentam dificuldades em interpretar textos, responder perguntas escritas sozinhas e fazer operações simples?

Sim () Não () _____

Professora Ana: Sim (x) Não () 8

Professor José: Sim (x) Não () 8

Professora Maria: Sim (x) Não () 12

Professora Samira: Sim (x) Não () 10

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Aqui, um dos maiores índices numéricos, foi identificado neste contexto, observe abaixo o percentual em cada sala:

Tabela 4: Número e porcentagem de alunos que sabem ler e escrever, mas apresentam dificuldade em interpretar textos, responder perguntas escritas sozinhas e fazer operações simples

Salas de aulas	Nº de crianças em cada sala	Nº de crianças que não conhecem letras e números	Porcentagem de crianças que não conhecem letras e números
Sala da Professora Ana	20	8	40%
Sala do professor José	20	8	40%
Sala da professora Maria	21	12	57,1%
Sala da professora Samira	23	10	43,5%

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

No geral, 38 crianças apresentam dificuldade em interpretar textos, responder perguntas escritas sozinhas e fazer operações simples, isto totaliza uma porcentagem de 45,2% de alunos. Neste contexto, o saber ler e escrever está resumido a decodificar e codificar, porém observamos que este domínio do código alfabético e grafismo, não são suficientes para desenvolver o que foi citado na pergunta (interpretar textos, responder a perguntas escritas sozinhas e realizar operações simples). Caracterizando então o que chamamos de “*analfabetismo funcional*”, que

segundo o Dicionário Oline de Português (2022), entre as definições do termo acima mencionado, há: “Estado da pessoa que, embora saiba ler e escrever, não possui os conhecimentos necessários de leitura e/ou de cálculos para ter uma vida socialmente funcional.” (ANALFABETISMO FUNCIONAL, 2022).

Com isso, não se pode deixar de perceber que este conceito, muito se aproxima do que chamamos de Letramento que, resumidamente, é habilidade funcional da leitura e da escrita. Sobre isso Soares (2003) muito bem distingue: “[...] aquisição do sistema convencional de escrita - a alfabetização - e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita - o letramento.” (SOARES, 1999, p. 44).

Sendo assim, poderíamos considerar que estes alunos são alfabetizados, porém iletrados? Jamais! Para a pessoa não alfabetizada, podemos chamar “analfabeta”, porém para pessoa que não possui habilidades funcionais da leitura e escrita não podemos nomear “iletradas”, mas sim “analfabetas funcionais”. Nos dados acima mencionados podemos considerar que 45,2% das crianças do 4º ano desta escola, são analfabetas funcionais. A alfabetização não foi alcançada em conjunto com o letramento, o que caracteriza uma grande perda na vida dessas crianças. E por este motivo que se enfatiza nesse trabalho a importância do letramento e a capacidade de saber e trabalhar a indissociabilidade nos processos de alfabetização e letramento, será que os professores alfabetizam letrando?

Quadro 4 – Pergunta 4.

PERGUNTA 4. Em sua turma, todos sabem escrever o próprio nome e o identificam escrito?

Sim () Não () _____

Professora Ana: Sim () Não (x) 4

Professor José: Sim () Não (x) 1

Professora Maria: Sim () Não (x) 2

Professora Samira: Sim () Não (x) 5

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Tabela 5: Número e porcentagens de crianças que não sabem escrever o próprio nome e não o identificam escrito

Salas de aulas	Nº de crianças em cada sala	Nº de crianças que não sabem escrever o próprio nome e não o identificam escrito	Porcentagem de crianças que não conhecem letras e números
Sala da Professora Ana	20	4	20%
Sala do professor José	20	1	5%

Sala da professora Maria	21	2	9,5%
Sala da professora Samira	23	5	21,7%

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Em todas as turmas existem crianças que não sabem escrever o próprio nome ou não identificam ele escrito, totalizando 14,3% dos alunos que apresentam essa dificuldade.

A psicopedagoga Ana Teberosky em sua obra Psicopedagogia da língua escrita (2014), faz menção de que o nome é uma boa situação e pode ser usada pela criança em seu processo de alfabetização, este pode ser trabalhado como um modelo, através e apropriando-se dele a criança começa a entender a funcionalidade da escrita.

Diante disso, o nome é um objeto de identificação pessoal importantíssimo, saber identificá-lo e apropriar-se do mesmo, devia ser um direito de toda criança (pessoa). O que não aconteceu com essas crianças, nas atividades cotidianas que exigiam a escrita do nome, as crianças pediam que a professora o escrevesse em um papel para que elas pudessem copiar. Porém se não houvesse essa “cola” eles não faziam a mínima ideia do que escrever, isso não caracteriza apropriação, ou entendimento da função da língua escrita, mas sim uma mera reprodução.

Quadro 5 – Pergunta 5.

PERGUNTA 5. Enquanto profissional, você acredita que é comum as crianças nesta série apresentarem tais dificuldades? Justifique sua resposta:

Sim () Não ()

Professora Ana: Sim () Não (x)

“Acredito que essas dificuldades foram devido aos dois anos de pandemia de covid-19. Com a suspensão das aulas presenciais, muitas crianças não conseguiam assimilar o conteúdo das lições remotas e, muitas vezes, não tinham acesso à tecnologia para assistir às aulas e grande falta de interesse familiar.”

Professor José: Sim (x) Não ()

“Estamos voltando de uma pandemia com isso as dificuldades é bem maior, o ensino remoto deixou estas marcas.”

Professora Maria: Sim () Não (x)

“Normalmente nesta série os alunos não apresentam tais dificuldades, mas creio que a pandemia contribuiu para isso, tendo em vistas que a esta crianças só estiveram em aulas presenciais no primeiro ano, e que sabemos que nem todos tiveram ajuda da família, que por sua vez não estavam aptas para suprir as dificuldades.”

Professora Samira: Sim (x) Não ()

“Não deveria, mas é muito comum e preocupante. Infelizmente ainda não há um método eficaz para erradicar esse problema.”

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Quando questionados se é comum que as crianças nesta série apresentem as dificuldades mencionadas nas questões anteriores, 50% dos professores afirmaram que (sim), enquanto outros 50% afirmaram que (não). As opiniões se dividem. O professor José afirma que sim!, justificando-se nas marcas que o ensino remoto deixou nestes alunos, enquanto a professora Samira atribui o seu (sim) à ineficácia dos métodos, acerca disso, podemos retomar a história da alfabetização que durante muito tempo viveu-se em uma busca incessante por um *método eficaz*, até 1989 a atribuição do fracasso ou sucesso da alfabetização se voltava para este ou aquele método, até que com a descoberta da psicogênese da língua escrita e do aspecto psiconeurológico, falar em método se torna algo inaceitável, este, já não deve mais ser considerado como uma regra de prática na alfabetização, ficando relacionado a educação tradicional.

Deste modo, podia-se de imediato rebater a resposta da professora Samira como equivocada, porém se levamos em consideração o que Magda Soares diz em sua obra: *Alfabetização e Letramento* (2003), não podemos generalizar o termo “método” aos métodos tradicionais, mas entender que falar em alternativas metodológicas ou método para alfabetização se trata de um conjunto de objetivos a atingir que precisa de ações, procedimentos, técnicas, hipóteses do campo da psicologia, linguística, pedagogia, do social, da política, que visem o alcance do determinado objetivo (a alfabetização), e não mais focado apenas no processo que o professor deve seguir, mas levando também em consideração o processo que a criança realiza para alcançar esse objetivo. Magda ainda afirma que com o passar do tempo a palavra método passa a ser temida e surge uma nova palavra que visa objetivo já mencionado nas linhas acima: “propostas”, propostas de atuação, propostas didáticas, proposições metodológicas e etc. Sendo assim, a professora Samira tem um pensamento que condiz com o que Magda (2003) afirma: “[...] estamos, sim, em busca de um método, tenhamos coragem de afirmá-lo.” (SOARES, 2003, p. 127)

As justificativas das outras duas professoras que responderam que não é comum as crianças nesta série apresentarem tais dificuldades, se interligam a mesma justificativa do professor João que isto é resultado da Pandemia da COVID-19. É indiscutível que a pandemia deixou marcas profundas ainda desconhecidas, segundo a Nota Técnica da organização Todos Pela Educação, realizada em fevereiro de 2021, o aumento de crianças que não sabem ler e escrever foi de 63% totalizando o número de 2,4 milhões em 2021. O percentual que antes era de 25,1% em 2019 foi para 40,8% em 2021. Logo podemos concordar que sim, de uma certa forma as professoras estão corretas ao justificar-se nessa perspectiva, visto que as crianças que neste ano de 2021 estão frequentando o ensino presencial, são crianças que durante o ano de 2020 não vivenciaram um único dia de aula presencialmente, e algumas apenas pegavam atividades impressas na escola, enquanto outras em meados do final do ano de 2020 e começo do ano de 2021 assistiram aulas remotas (aqueles que tinham acesso). E deste modo nos primeiros anos do ensino fundamental que são muito importantes para alfabetização, estas crianças praticamente não foram assistidas de forma eficiente. Mas a questão que se levanta mediante todo o contexto histórico e dados já apresentados neste trabalho, a causa deste problema é de fato a pandemia? E os anos anteriores que não houveram “pandemias” e o índice de analfabetismo infantil

continuou presente e crescente?

Quadro 6 – Pergunta 6.

PERGUNTA 6. Enquanto profissional, você acredita que pode fazer algo para enfrentar essas dificuldades em sua sala de aula? Justifique sua resposta:

Professora Ana:

“Sim, graças a Deus com o retorno das aulas presenciais, fiz um diagnóstico para saber as dificuldades com relação a leitura e escrita. Observei que a aprendizagem dos meus alunos estavam muito atrasadas. Porém procurei ajuda com as colegas de alfabetização onde seus trabalhos são riquíssimos nos alunos, busquei trabalhar o lúdico, além disso trabalho com atividades de leitura, com músicas, poemas e escrita de letras, frases e texto do dia a dia deles.”

Professor José:

“Sim, intensificar e reforçar os conteúdos além criar planos de ações para que seja efetivado o direito de aprendizagem destes alunos.”

Professora Maria:

“Gostaria muito de fazer mais, mas não vejo como alfabetizar (seis) alunos e ao mesmo tempo, aplicar conteúdos propostos para série. Apesar das atividades diferenciadas, sinto que eles necessitam de mais atenção.”

Professora Samira:

“Procuro alfabetizá-las com atividades extras, mas nem sempre obtenho sucesso.”

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Todos os professores afirmam que, procuram de alguma forma ajudar as crianças com atividades extras e diferenciadas, reforço, planos de ação, mas o que chama atenção é que as professoras Samira e Maria, mostram um sentimento implícito ou oculto de “impotência” em suas falas, quando dizem que nem sempre obtém sucesso, e que não vê como alfabetizar essas crianças na sala de aula sem deixar de cumprir o que é “proposto para série”.

Alfabetizar requer tempo, planejamento, estratégia, técnicas, o que nos leva a perceber que estes professores apesar do esforço, por isso torna-se quase impossível em 4 horas aulas por dia, além de seguir o cronograma proposto para série, conseguir alfabetizar essas crianças. Deixando claro mais uma vez que existe um número expressivo de crianças vítimas do analfabetismo dentro da escola. A escola seleciona os conteúdos, sistematiza, estabelece o tempo determinado que os alunos devem se apropriar de tal e acaba deixando para trás aqueles que em tempo hábil não conseguiram atingir sequer o essencial que é a alfabetização.

Deste modo, estas crianças ainda não alfabetizadas, seguirão para o ano

seguinte que corresponde ao último ano do ensino fundamental: anos iniciais, levando consigo marcas da exclusão, do direito que lhes foi negado até aqui de serem alfabetizadas. A escola segue o fluxo e esses alunos seguem invisibilizados, no dia a dia das salas de aulas.

Quadro 7 – Pergunta 7.

PERGUNTA 7. O que você acredita que pode ter ocasionado tais dificuldades na alfabetização dessas crianças? Justifique sua resposta:

Professora Ana:

“Dois anos de pandemia, compromisso da família, falta de políticas públicas, falta de tecnologia que a maioria não tinha, falta de materiais escolares, compromisso do gestor.”

Professor José:

“São alunos oriundos da pandemia então, foram dois anos sem aulas presenciais fazendo com que estes alunos não adquirissem habilidade necessária.”

Professora Maria:

“Como citei na questão número 5, a pandemia, os pais que não sabiam ler e escrever, nem todos tinham acesso a internet.”

Professora Samira:

“Para mim, o problema está na base, ou seja, na alfabetização, mas esta não é a única responsável pelas dificuldades nas séries posteriores.”

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

De 100% dos professores apenas 25% o que corresponde a “um” professor, neste caso a professora Samira não atribuiu os problemas relacionados à alfabetização das crianças à pandemia. Enquanto os outros 75% mencionaram a pandemia como fator de maior evidência.

Como já mencionado, a pandemia muito contribuiu em aspectos negativos e atrasos na vida escolar dessas crianças, porém analisando um contexto histórico, a taxa de analfabetismo infantil, o fracasso escolar, nunca foram, pelo menos, dirimidos. Pois compreendo que a pandemia apenas intensificou, porém não deve ser considerada como fator principal, visto que este se estende de várias épocas anteriores até os dias atuais.

A professora Ana faz relação implícita entre o problema do analfabetismo também com o contexto político e social, estes que, de uma forma ou de outra, são uma das facetas que devem ser levadas em consideração nesse processo diverso da ALFABETIZAÇÃO, pois o contexto social e político do indivíduo afeta diretamente no favorecimento ou desfavorecimento, nas oportunidades que cada aluno vai ter ou não. Pensando neste aspecto como referência podemos mencionar um exemplo claro de

desfavorecimento e oportunidade reduzidas: durante o período de pandemia e isolamento, as crianças de classe social mais elevada foram nitidamente favorecidas pois puderam ter acesso a materiais diversos através da internet e as aulas remotas, enquanto outros sequer tinham um aparelho celular para isso, ficando a mercê deste sistema que lhes faz vítimas do analfabetismo.

A família também foi mencionada com um mediador fundamental, e que a falta de compromisso da mesma foi uma das causas desse resultado. Com isso, não se pode desconsiderar o fato de que, por um lado, há pais que não são alfabetizados e, por essa razão, não tem as condições necessárias para mediar o ensino-aprendizagem de seu filho., E, por outro lado, há àqueles pais que trabalham e, por isso mesmo, não podiam, hipótese alguma, estar “em casa” durante o período de isolamento, o que mostra mais uma vez a faceta social presente neste processo, e um segundo fator a ser levado em consideração é que as famílias não tinham estrutura pedagógica para ajudar as crianças e alguns ao menos sabiam ler ou escrever, como mencionado pela professora Maria.

A professora Samira que foi a única a não mencionar a pandemia como fator principal, cita que o problema está na “base”, é certo que a Educação Infantil e os primeiros anos do ensino fundamental são primordiais para este processo, a respeito disso a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) diz:

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. (BRASIL, 2018, p. 59).

Sendo assim, fica claro que estas etapas, chamadas de “base” pela professora, são de fato muito importantes e se não forem eficazes e eficientes neste processo, e conseqüentemente o aluno carregará as marcas nos anos posteriores. O que resultará em diversos prejuízos, possíveis fracassos escolares. Visto que estes alunos estarão em uma sala de aula, e não acompanharão os demais colegas e as propostas de conteúdos exigidas pela escola. No entanto, partimos do princípio de que o pedagogo é, sim, um alfabetizador em potencial, se considerarmos que a alfabetização não se encerra em um ano, mas em toda sua escolaridade inicial.

Quadro 8 – Pergunta 8.

PERGUNTA 8. Você já ouviu falar ou leu algo sobre letramento? Se sim, em poucas palavras defina o seu entendimento sobre o termo acima citado:

Professora Ana:

“Sim, segundo o que estudei sobre o letramento ele ajuda a desenvolver habilidades nos alunos de acordo com o que conseguem aprender na fase que estão sendo pré-silábica etc. Sendo assim, o aluno conseguindo chegar a utilizar a leitura e a escrita nos mais variados contextos, estará apto a desenvolver cada vez mais sua aprendizagem.”

Professor José:

“Letramento é a habilidade de ler e escrever pois sabemos que não adianta dar acesso ao mundo letrado, ou ao acervo se o aluno ainda não sabe processar as informações.”

Professora Maria:

“Sim, ao meu entendimento o aluno que ler e entende o que ler ele é letrado além de alfabetizado.”

Professora Samira:

“Particpei de um curso de formação continuada que tinha como título: Pró-letramento, com base nessa formação defino letramento como a relação entre decodificação e codificação.”

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Quando lhes foi perguntado o que seria letramento, as respostas foram diversas, 3 dos professores associaram letramento a saber ler e escrever ou codificar e decodificar, a professora Maria aprofunda dizendo ainda que, para ser letrado, é preciso além de saber ler e escrever entender o que se lê e se escreve. Enquanto Samira e José resumiram o conceito a apenas saber ler e escrever.

A professora Ana em sua resposta aproximou-se do conceito ao dizer que este é alcançado quando o aluno “consiga utilizar a leitura e a escrita nos mais variados contextos”, ou seja isto quer dizer que este adquiriu a habilidade funcional da linguagem. Sobre este conceito a professora Magda (2002) diz que letramento é: “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 2002, p.18).

Portanto, como já mencionado, o conceito de letramento vai além do conceito de alfabetização. Muito embora estes dois sejam indissociáveis, e por isso confunde muita gente (e aconteceu com os professores entrevistados, que definiram letramento como alfabetização). Sobre isso Magda (2003) que é um referencial neste tema e autora fundamental neste trabalho ainda menciona que “dissociar alfabetização e letramento é um equívoco” (SOARES, 2003, p. 44). Porém é preciso saber a distinção de cada conceito:

É que, diante dos precários resultados que vêm sendo obtidos, entre nós, na aprendizagem inicial da língua escrita, com sérios reflexos ao longo de todo o ensino fundamental, parece ser necessário rever os quadros referenciais e os processos de ensino que têm predominado em nossas salas de aula, e talvez reconhecer a possibilidade e mesmo a necessidade de estabelecer a distinção entre o que mais propriamente se denomina *letramento*, de que são muitas as facetas - imersão das crianças na cultura escrita, participação em experiências variadas com a leitura e a escrita, conhecimento e interação com diferentes tipos e gêneros de material escrito - e o que é propriamente a *alfabetização*, de que também são muitas as facetas - consciência fonológica e fonêmica, identificação das relações fonema-grafema, habilidades de codificação e decodificação da língua escrita, conhecimento e reconhecimento dos processos de tradução da forma sonora da fala para a forma gráfica da escrita. (SOARES, 2003, p. 46).

Sendo assim, é possível observar que cada um dos conceitos tem a sua

especificidade, mas um não precede o outro, os dois devem ocorrer mutuamente. E é de extrema importante que a criança se aproprie dos dois e que os professores tenham conhecimento profundo destes. A falta de conhecimento acerca do letramento pode causar um prejuízo na vida escolar dos alunos. A formação contínua dos professores sobre este tema deve ser algo que se dê mais atenção no âmbito escolar.

Quadro 9 – Pergunta 9.

PERGUNTA 9. Quais ações ou medidas você sugere, para que estas dificuldades na alfabetização das crianças sejam erradicadas?

Professora Ana:

“Mais participação e interesse do poder público, materiais necessários para os alunos, escolas adequadas com profissionais atualizados e comprometidos com seu trabalho, qualificação profissional, uso das tecnologias dentro das escolas de qualidade, comprometimento familiar, interesse dos alunos, valorização profissional, escolas equipadas com computadores, ginásios, materiais recreativos para estimular os alunos a estudarem, materiais e compromisso com os alunos especiais dentro da escola.”

Professor José:

“Promover aulas de reforço além de disponibilizar meios que facilite o acesso a leitura e escrita.”

Professora Maria:

“Eu sugiro que haja aulas de reforço para esses alunos em contraturno e diariamente, onde eles possam realmente se alfabetizar, do início para suprir as etapas que lhes foram tiradas.”

Professora Samira:

“Que seja ofertado um ensino integral e de qualidade; que os professores tenha uma formação específica para os professores dessa modalidade; que ofereçam mais atenção/oportunidades as crianças menos favorecidas.”

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Foram inúmeras as vias citadas pelos professores para minimizar este problema, ressalto que todas são válidas e de suma relevância. Enquanto alguns professores focaram, apenas, nas aulas de reforço, Ana e Samira foram além, incluindo a família, o poder público, investimento para uma educação de qualidade, interesse e compromisso com os alunos especiais, mais oportunidades para aqueles que são menos favorecidos, e ainda Samira chama atenção em sua fala quando cita a “educação integral” e “formação específica para professores alfabetizadores”.

Sobre a educação integral a qual professora se refere, pode estar relacionada ao tempo que o aluno passa na escola, ou a oferta de ensino integral que visa o

desenvolvimento “integral”: cultural, físico, intelectual e social. Esta pode ajudar de forma significativa na vida do aluno. Mas talvez não seja suficiente para sanar o problema.

Quanto à “formação específica dos professores alfabetizadores” concordo de tal maneira que afirmo: seria uma sugestão pessoal minha! A universidade e o curso em específico de pedagogia, nos forma com um leque variadíssimo e rico enquanto profissional, porém a partir do momento que partimos para o campo, para escola, para as salas de aula, é necessário não pensar que a formação acadêmica é suficiente. Outra, não podemos parar de estudar, de ser curioso, de instigar, e sobre isso Freire (1999) diz: “Como professor devo saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não *aprendo* nem *ensino*” (FREIRE, 1999, p.83). Sendo assim, logo a proposta da professora Samira sobre a formação dos alfabetizadores, é conveniente, sabendo que o processo de alfabetização é multifacetado, complexo, e que, é preciso bem mais do que o que é oferecido na academia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no objetivo geral desse trabalho que foi o de analisar a complexidade do processo de alfabetização e investigar o número de crianças analfabetas e analfabetas funcionais nas salas de aula do 4º ano do ensino fundamental - anos iniciais -, no município de São Vicente do Seridó – PB. Percebe-se que, mesmo após décadas discutindo e analisando as causas do fracasso escolar e do analfabetismo, este ainda é uma temática extremamente preocupante, de modo que as pesquisas não cessam, precisa-se continuar com as discussões, visto que a realidade no país é crescente, e ainda mais grave, quando identificado nesta pesquisa em um ambiente contraditório ou até mesmo não esperado: dentro da escola.

Até o presente momento muitas foram as hipóteses levantadas sobre as possíveis causas deste problema: Ora os métodos, ora a forma como se ensina, ora a forma que a criança aprende, entre outros.

Deste modo, observou-se que todas essas hipóteses são importantes e fazem parte da busca por soluções para este problema, porém outros aspectos também foram identificados, como a necessidade urgente de se aprofundar sobre os conceitos de alfabetização e letramento, suas especificidades e multiplicidade de facetas; a invisibilidade dos alunos analfabetos e analfabetos funcionais dentro da rotina do dia a dia e do fluxo escolar; a influência que a posição social, econômica e financeira tem sobre o favorecimento ou não da aprendizagem e conseqüentemente do processo de alfabetização; a distância entre o que dizem os documentos que orientam a educação e a realidade nas salas de aula; as inovações curriculares, e propostas que muitas vezes apenas substituem “termos” e continuam a reproduzir modelos antigos de educação nos currículos.

Sendo assim, os números e opiniões obtidas nesta pesquisa confirmam que a temática é de extrema relevância, e que existem inúmeras crianças analfabetas e/ou analfabetas funcionais dentro das salas de aula, sendo vítimas de um sistema no qual os mesmos erros continuam a se repetir e estas necessitam urgente de uma reflexão sobre e conseqüentemente uma solução.

REFERÊNCIAS

ALFABETIZAÇÃO COMO LIBERDADE. – Brasília: **UNESCO**, MEC, 2003. 72 p. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000130300>>. Acesso em 07 de nov. de 2022.

ANALFABETISMO FUNCIONAL. *In*: **DICIO, Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/analfabetismo/#:~:text=Analfabetismo%20Funcional.,Analfabeto%20%2B%20ismo>>. Acesso em 13 de jul. 2022.

ANALFABETO. *In*: **DICIO, Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/analfabeto/>>. Acesso em 13 de jul. 2022.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em: 17 de out de 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE**: biênio 2014- 2016. – Brasília, DF: Inep, 2016. 590 p. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_primeiro_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_pne_bienio_2014_2016.pdf>. Acesso em: 24 de out. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Brasília, 2018. 600 p. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 13 de jul. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 71ª ed. - Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. 143 p.

FERREIRO, Emília.; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. 300 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em 07 de novembro de 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Educação 2019**. Brasil, 2019. 16 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf>. Acesso em 13 de jul. de 2022.

LUDKE, Menga.; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

NOTA TÉCNICA: Todos Pela Educação - TPE: **Impactos da Pandemia na Alfabetização de Crianças**. Fevereiro de 2021. 10 p. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/02/digital-nota-tecnica-alfabetizacao-1.pdf>>. Acesso em 11 jul. 2022.

PSICOGÊNESE. *In*: **DI, Dicionário Online de Português**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/psicog%EAnese/>>. Acesso em: 27 de out. de 2022.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2021. 185 p.

SOARES, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020. 352 p.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 124 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5925603/mod_resource/content/1/SOARES_Magda_Letramento_Um_tema_de_tres.pdf >. Acesso em 22 de nov. de 2022.

TEBEROSKY, Ana. **Psicopedagogia da linguagem escrita**. 17ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 144 p.

TORRES, Rosa María. **Que (e como) é necessário aprender?: Necessidades básicas de aprendizagem e conteúdos curriculares**. Tradução Tália Bugel. Campinas, SP: Papyrus, 1994.158 p.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA, CAMPUS I - CAMPINA GRANDE - PB
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
PESQUISADOR(A): MARIA REGINA FERNANDES DO NASCIMENTO
ORIENTADOR(A): MARIA DO SOCORRO MOURA MONTENEGRO

Entrevistado: _____
 Profissão/cargo: _____
 Escola: _____
 Turma/Turno: _____ N° de Alunos(as): _____

Questionário

1. Em sua turma tem crianças que não conhecem as letras e os números? Se sim, especifique a quantidade.

Sim () Não () _____

2. Em sua turma tem crianças que conhecem as letras e os números, mas não dominam a leitura ou a escrita e não conseguem juntar sílabas simples? Se sim, especifique a quantidade.

Sim () Não () _____

3. Em sua turma existem alunos que sabem ler e escrever, mas apresentam dificuldade em interpretar textos, responder perguntas escritas sozinhos, fazer operações simples? Sim () Não () _____

4. Em sua turma, todos sabem escrever o próprio nome e o identificam escrito?

Sim () Não () _____

5. Enquanto profissional, você acredita que é comum as crianças nesta série apresentarem tais dificuldades? Justifique sua resposta:

Sim () Não ()

6. Enquanto profissional, você acredita que pode fazer algo para enfrentar essas dificuldades em sua sala de aula? Justifique sua resposta:

7. O que você acredita que pode ter ocasionado tais dificuldades na alfabetização dessas crianças? Justifique sua resposta:

8. Você já ouviu falar ou leu algo sobre letramento? Se sim, em poucas palavras defina o seu entendimento sobre o termo acima citado:

9. Quais ações ou medidas você sugere, para que estas dificuldades na alfabetização das crianças sejam erradicadas?

Assinatura do Professor (a)

Assinatura do Pesquisador (a)

AGRADECIMENTOS

A Deus que me fortaleceu em todos os momentos que eu pensei em desistir, me mostrando ao final, que não foi por acaso que eu estava ali, sempre foi um propósito.

Ao meu esposo, que sempre impulsiona meus voos, que é o meu maior admirador e incentivador, por toda força, e compreensão.

Ao meu filho, que nasceu no meio desse percurso e me transbordou de ternura, me fazendo entender o propósito de estar aqui e ser pedagoga, ele que me mostrou na prática o quanto eu posso contribuir de forma valiosa, através da minha profissão, na vida de outros.

Aos meus pais e sogros, que foram minha rede de apoio durante todo esse tempo, que cuidaram com todo amor e compreensão do meu filho.

Ao curso de pedagogia e seus ensinamentos, que me transformaram em um ser humano mais sensível, e me permitiu conhecer a grandeza do ser criança e enxergar o diagnóstico de autismo do meu filho e assim poder ajuda-lo.

A minha querida orientadora e professora Dra. Maria Do Socorro Moura Montenegro, por não medir esforços em me ajudar, independente de hora ou dia, sempre presente construindo junto comigo este trabalho.

A banca examinadora do trabalho, as professoras: Dra. Maria do Rosário Gomes Germano Maciel e Dra. Elisabete Carlos do Vale, que durante o curso, muito contribuíram com seus conhecimentos para escolha do tema.

Aos meus professores e coordenadores, por todo conhecimento construído juntos, pela empatia, pelo carinho, pela compreensão, pela marca que deixaram em minha vida.

Aos diversos amigos que este curso me presenteou, alguns passaram e estão presentes apenas em minhas lembranças e outros permanecem em minha vida até os dias de hoje.

As diversas turmas que me acolheram, durante esses seis anos e meio de graduação, me ajudando e me fazendo se sentir pertencente em cada uma delas em que eu passei.